



137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Defesa da Saúde Pública

Procedimento Administrativo Nº 09.2019.00003417-5

- TERMO DE AUDIÊNCIA -

Aos 12 (doze) dias do mês de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, através do sistema virtual Microsoft Teams, às 09h:00, na presença da Dra. Ana Cláudia Uchoa de Albuquerque Carneiro, Promotora de Justiça da 137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, da Dra. Ana Karine Serra Leopércio, Coordenadora do CAOSAÚDE, da Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Porto, Coordenadora Auxiliar do CAOSAÚDE, e da Dra. Aline Carvalho, Analista Ministerial – Psicologia, estiveram presentes os representantes dos órgãos, atendendo às convocações deste Órgão Ministerial, Anna Alzira Macau Furtado Ferreira – MEAC, Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva - Diretora Geral HDGMJW, Carlos Jaime de Araújo Filho - DGMJW, Davi Queiroz de C. Rocha – HSM, Karlos Sancho - NIR/HSM, Natalia Barbosa Costa – Assessora Jurídica da SMS de Fortaleza, Sâmya Oliveira de Menezes – SMS de Fortaleza, Emília Alves de Castro - CORAC/SMS, Karla Karoline Nogueira Cavalcante - SMS/CEASAM, Raimunda Félix de Oliveira - COPOM/SESA, Dra. Fernanda França Cabral - Coordenadoria de Políticas de Assistência Farmacêutica - COPAF/SESA, Dra. Eva Araújo - Coordenadoria de Políticas de Assistência Farmacêutica – COPAF/SESA, Dr. Tiago Farias da SEADE da SESA, bem como demais participantes constantes na sala virtual de audiências do sistema Microsoft Teams.

Iniciada a audiência virtual, a Dra. Ana Cláudia passa a palavra à Dra. Fernanda França para que faça um breve relato sobre o que ocorreu após a última audiência, para atualização sobre a assistência farmacêutica: que estava na época da última audiência, em maio, em período de atualização da relação estadual de medicamentos, então os médicos psiquiatras dos hospitais HGF, do César Cals procuraram o serviço de farmácia para preencher as fichas de inclusão de medicamentos, que foi analisada, por meio da comissão, que culminou com a inclusão de alguns medicamentos na RESME, uma vez que alguns medicamentos não estava contemplados na lista dos hospitais. Que o lançamento da atualização da RESME vai ser até o final do mês, com a atualização da relação estadual de medicamentos 2024 e as listas de todos esses hospitais, de modo que esses medicamentos de saúde mental vão estar contemplados na lista do HGF e do César Cals. Informa que em virtude do tempo que ainda vai levar para chegar as medicações que serão adquiridas, houve um remanejamento de estoques do hospital de saúde mental para esses 2 serviços, onde teve êxito em alguns medicamentos e também fez o remanejamento de atas de preço, que os medicamentos doados já foram recebidos pelo HGF e HGCC. Que os demais medicamentos estão com ordens de compra sendo emitidas pelo César Cals e pelo HGF dos saldos de atos que foram remanejados. Explica que no caso do Hospital Gonzaguinha do José Walter essa aquisição de medicamentos tem que ser resolvida a nível da SMS de Fortaleza.

Dra. Ana Cláudia dá continuidade às discussões e pede que a Dra. Aline Carvalho faça um breve resumo sobre o procedimento. Que esse procedimento começou com as



137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Defesa da Saúde Pública

discussões com relação às gestantes com ideação suicida, e acabou tomando uma proporção pra se preocupar também em outros níveis de assistência à saúde mental das gestantes. Que na última audiência as discussões mais relevantes foram sobre os leitos psicossociais do Gonzaguinha do José Walter, para definição do perfil, para que pudessem estar disponíveis para esse público. Que foi discutida a possibilidade de ampliação desse perfil, também se preocupando com o perfil de gestantes que necessitem de assistência em saúde mental. Que foi informado que o novo hospital da UECE tem previsão de 10 novos leitos em psiquiatria com capacidade de expansão para novos leitos em outro pavimento na Torre B, que o perfil será destinado à internação hospitalar, na especialidade de psiquiatria, para usuários portadores de doenças ou transtornos mentais, psicoses, dependência química, dentre outros, com quadros psiquiátricos agudos ou com episódios de reatualização de casos crônicos. Que sobre a ampliação de equipe de psicologia no Gonzaguinha não foi respondido. Que estava prevista a convocação de um médico psiquiatra no mês de maio para o HGCC, mas não se sabe se já começou. Que sobre os leitos de desintoxicação para gestantes na rede municipal de Fortaleza, está sendo aguardada resposta na audiência hoje. Que a SOCEP, inclusive, encaminhou o parecer solicitado. Questiona qual desdobramento desse parecer na prática, para o Gonzaguinha, e como está esse perfil atualmente, e da SMS questiona sobre a possibilidade de outros leitos disponíveis na rede também e quais seriam.

Dra. Ana Cláudia questiona aos representantes do HSM sobre uma matéria que está sendo produzida pela imprensa local, noticiando sobre o encaminhamento de alguns pacientes ambulatoriais do HSM, que passarão a ser atendidos agora no CAPS. Dra. Aline informa que um familiar procurou esta especializada para informar que são os medicamentos de alto custo, que alguns pacientes não mais irão receber no Hospital Mental e irão passar a receber nos CAPS. Dr. Davi, do HSM, explica que esse é um movimento antigo e que já foi amplamente discutido, pois existe psiquiatra do HSM que fica 20h por semana apenas renovando receitas, quando poderia estar atendendo pacientes críticos. Que estão informando aos familiares com antecedência e informa que não vão deixar os pacientes desassistidos. Que vão tentar encaminhar os pacientes para receberem os medicamentos nos CAPS ou nas farmácias POLO, etc, mas que caso não consigam, o HSM não vai se negar a fornecer o medicamento. Porém afirma que são pacientes estáveis, tem pacientes com 20 anos de tratamento, estabilizados. Que está com dificuldade de horas de médicos psiquiatras, e tem que usar um médico só para renovação de receita. Dra. Ana Cláudia comenta que há uma situação semelhante no Hospital do Coração de messejana, que inclusive está sendo feito um contrarreferenciamento destes pacientes para atenção secundária, para outros municípios. Que precisa que o município de Fortaleza garanta que será disponibilizado atendimento e o medicamento necessário para esses pacientes. Representante da SMS de Fortaleza explica que após a primeira receita, e com o cadastro no Horus, é preciso procurar os postos de saúde que podem até eles mesmos fazer a renovação da receita. Dra. Isabel Porto questiona apenas como é a renovação da receita, se não é avaliado o paciente? Dr. Davi explica que os pacientes mantêm a medicação, e que muitas vezes estes pacientes fazem acompanhamento em consultório particular ou outro serviço público. Dra. Isabel critica a questão do paciente estar sendo atendido no sistema privado e estar recebendo medicamento no SUS, que na



137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Defesa da Saúde Pública

sua visão, não é esta a forma correta. Que o paciente tem que ser acompanhado no serviço de saúde pública. Dra. Karine Leopércio cita a lei estadual 16.458, de 19.12.2017, que permite que os pacientes do serviço privado recebam medicamento do serviço público, que concorda que é necessário atender as exigências da lei federal, mas que a lei federal disciplinou que cada estado pode legislar sobre o modo de fornecimento, e o estado do Ceará permitiu que o paciente do privado receba medicamentos no serviço público. Dra. Rane Félix faz menção à situação de pacientes em risco de suicídio, que estão tentando garantir que esse paciente já tenha garantido um atendimento no CAPS, que a paciente pode receber o medicamento na atenção básica, e que concorda com a dra Isabel Porto. Dra. Fernanda Cabral explica que o paciente uma vez que abriu a LME, pode conseguir obter o medicamento posteriormente em outro lugar. Explica ainda que as especialidades neurologia e psiquiatria demoram muito para os pacientes conseguirem vaga em regulação na rede SUS, e foi aberta uma exceção para que seja fornecido medicamentos para receita particular. Que relembra sobre as tratativas que foi feita sobre as ILPIs, e fizeram uma nota técnica para padronizar os PCDTs para determinar a organização do serviço. Dra. Rane afirma que tem que pactuar mais espaços para disponibilização de medicação e também conversar com a atenção básica, pois o CAPS não suporta absorver mais pacientes. Dra. Aline Carvalho externa que a preocupação dos pacientes é que a maioria são pacientes graves, e que no HSM a medicação não falta, e que os familiares temem que o paciente entre em crise por não receber a medicação em um novo lugar.

Dra. Ana Cláudia propõe que retorne a temática sobre novo perfil dos leitos psicossociais do José Walter e também que a SMS informe sobre as opções de leitos psiquiátricos para as gestantes na rede do município, fora o Gonzaguinha. Dr. Karlos Sancho comenta que teve sim a reunião entre os órgãos citados junto com a SOCEP e o Dr. Carlos Jaime faz a apresentação em slide sobre o Gonzaguinha do José Walter, que será juntada aos autos, onde fica demonstrado que o perfil de atendimento dos leitos psicossociais do Gonzaguinha do José Walter passa a ser : ESTABILIZAÇÃO DE QUADROS PSICOSPATOLÓGICOS DE BAIXA/MÉDIA COMPLEXIDADE QUE DEMANDEM INTERNAÇÃO HOSPITALAR, TRATAMENTO DE PATOLOGIAS CLÍNICAS EM PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS, constituindo crise psiquiátrica de pacientes com transtornos mentais que resultam em comportamentos de risco para si e/ou terceiros e episódio agudo de alteração mental ou comportamental com grave sofrimento e que não seja possível realizar manejo em caráter ambulatorial. Por outro lado, informa que não constitui perfil da unidade, internações de pacientes menores de 18 anos de idade, internações para desintoxicação de álcool e drogas, internações de pacientes em surto psíquico com agitação psicomotora e/ou agressividade que não possam ser contidos e administrado pela equipe assistencial do hospital . Dr. Jaime diz que já estão recebendo esses pacientes, e faz um apelo para que a regulação encaminhe pacientes no perfil atual do hospital para esses leitos. Dr. Karlos Sancho parabeniza o Gonzaguinha pelo trabalho, que ampliaram o escopo dos leitos e tem tido uma boa comunicação com o HSM para auxiliar os pacientes. Dra. Karine Leopércio comenta sobre o parecer da SOCEP, e ressalta que é um desafio criar essas áreas que possam trabalhar esses tratamentos alternativos necessários, não apenas uma ala de enfermagem, e isso é um desafio da



137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Defesa da Saúde Pública

política pública na área psiquiátrica para um tratamento efetivo. Comenta que o MPCE deve exigir que não seja só criados esses leitos de enfermaria, mas toda essa estrutura, inclusive da capacitação dos profissionais. Dra. Rane explica que há diferenças entre enfermarias e leitos psicossociais no Hospital Geral. Que enfermaria é a partir de 11 leitos, não sendo possível abrir em hospitais de pequeno porte. Que seria muito bom que no José Walter fosse uma enfermaria psiquiátrica em Hospital Geral. Dra. Ana Cláudia comenta que achou pouco a quantidade de leitos psicossociais destinado ao Hospital da UECE. Dra. Rane informa que serão 20 leitos, e dra. Karine afirma que soube da coordenadora do curso de psicologia da UECE a tentativa de iniciar um núcleo de psicologia dentro do hospital da UECE para dar um apoio aos leitos psicossociais, mas informaram da gestão que não seria possível. Dra. Ana Cláudia informou que a SESA informou oficialmente que apenas serão 10 leitos psicossociais na UECE, com possibilidade de aumentar para 20, mas oficialmente apenas 10. Dra. Samya afirma que o Gonzaguinha do José Walter está atendendo bem seus pacientes, e espera que o hospital da UECE venha para contribuir. Dra. Aline Carvalho questiona sobre a impossibilidade de atendimento aos casos de desintoxicação, dependência química das gestantes, e questiona à SMS onde na rede poderia ser atendidas essas gestantes e também as mulheres de modo geral.

Dra. Ana Cláudia questiona se os leitos masculinos são separados dos leitos femininos no Gonzaguinha do José Walter. Dr. Jaime responde que tem 2 enfermarias separadas na unidade D, que tem 4 leitos para masculino e 4 leitos femininos e esses ficam juntos com os leitos clínicos, mas que tem 2 leitos de isolamento que são os leitos para gestantes e puérperas separados (2 leitos de isolamento na unidade B). Na unidade B são apenas mulheres.

Dra. Karla, técnica da saúde mental da SMS de Fortaleza, informa que a SMS continua tentando um local para essas pacientes que necessitam desintoxicação, pois o Gonzaguinha não aceita. Que tentaram articular com a Santa Casa, mas a situação ainda não foi solucionada até o momento, estão aguardando esse retorno da Santa Casa. Dra. Rane informa que o local mais adequado é na Santa Casa mesmo, pois não conseguiriam abrir esses 4 leitos em hospital geral (seria mais demorado). Que é preciso ter um espaço na Santa Casa e teria que contratar mais uma equipe de enfermagem, pois os médicos já estão lá. Dra. Ana Cláudia afirma que vai oficiar para que a SMS informe como está o andamento dessa questão, e vai ficar oficiando para ser informando sobre esses leitos de desintoxicação femininos. Dra. Aline questiona se atualmente há possibilidade de no caso das gestantes que estão com quadro que precisa de desintoxicação, se elas poderiam ser recebidas no Gonzaguinha. Dr. Jaime explica que pela arquitetura das enfermarias está muito difícil, porque esses pacientes precisam ter um espaço maior. Dra. Aline comenta que no caso de pacientes voluntários não costumam ser pacientes tão agitadas, que nem todos os casos de desintoxicação tem essa complicação mais grave. Dra. Emilia da CORAC explica que a regulação obedece o perfil colocado para o hospital: não constitui perfil da unidade internação de pacientes menores de 18 anos e nem a internação para desintoxicação, mas explica que essa paciente dependente química pode ir para o gonzaguinha para fazer um parto. Que a regulação tem que seguir o que foi pactuado, e



137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Defesa da Saúde Pública está pactuado que não recebem pacientes gestantes para fazer a desintoxicação. Dra. Sâmia explica que há necessidade dessa articulação realmente dentro da Santa casa ou em algum outro espaço, devido ao perfil da desintoxicação feminina ou masculina, que é um perfil que exige uma permanência maior, uma infraestrutura um pouco mais detalhada para que essa desintoxicação ocorra normalmente. Dra. Ana Cláudia afirma que essa discussão será retomada posteriormente, que será juntado aos autos o parecer da SOCEP, bem como que será marcada posteriormente uma nova audiência. Dra. Karine sugere inclusive chamar os representantes da Santa Casa para a discussão.

O Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio da 137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Defesa da Saúde Pública, finaliza com os seguintes encaminhamentos:

1. **Oficiar a SMS para que informe no prazo de 20 dias o local disponibilizado para desintoxicação de gestantes na rede de saúde pública do Município de Fortaleza;**
2. **Oficiar a SESA para que informe, no prazo de 20 dias, acerca da possibilidade da criação de uma enfermaria psiquiátrica no novo Hospital da UECE, bem como de aumentar a quantidade de leitos em saúde mental, uma vez que 10 leitos certamente não serão suficientes para a atual demanda existente, ficando os pacientes sem assistência necessária.**
3. **Junte-se às fls. 936/939, além do ofício que será expedido conforme o item 2, no PA 09.2023.1704-4, que foi instaurado para acompanhar o novo Hospital da UECE.**

Nada mais foi dito, deu-se por encerrada a audiência. Eu, Sônia Sousa Dias, Técnica Ministerial/PSP, secretariei os trabalhos, lavrando o presente termo em resumo ao que foi dito pelos participantes, o qual segue devidamente assinado pela Exma. Dra. Ana Cláudia Uchoa de Albuquerque Carneiro.

Ana Cláudia Uchoa de Albuquerque Carneiro
Promotora de Justiça

137ª Promotoria de Justiça de Fortaleza – 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública